



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO E CONTROLE DA LOGÍSTICA POLICIAL -
DPC/CGPLAM/DLOG/PF

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 29247780/2023-DPC/CGPLAM/DLOG/PF

Processo 08200.016347/2023-24

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de 5 (cinco) livros técnicos, aplicáveis às áreas de engenharia, armamentos e munições, em formato físico (impressos em papel), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNID. MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR
1	Mecânica dos Materiais Avançada - Celso Pinto Moraes Pereira Editora Interciência; 1ª edição (24 março 2014) Idioma: Português Capa comum: 432 páginas ISBN-10: 8571933340 ISBN-13: 978-8571933347		unid.	1	R\$ 117,43
2	Ballistics: Theory and Design of Guns and Ammunition - Donald E. Carlucci e Sidney S. Jacobson Terceira Edição Editora: CRC Press; 3rd edition (March 28, 2018) Idioma: Inglês Capa dura: 670 páginas ISBN-10 : 113805531X ISBN-13 : 978-1138055315		unid.	1	R\$ 971,52
3	Manual de Tecnologia Metal Mecânica - Ulrich Fischer, Roland Gomeringer e outros. Editora: Blucher; 2ª edição (1 janeiro 2011) Idioma: Português Capa comum : 414 páginas ISBN-10: 8521205945 ISBN-13: 978-8521205944		unid.	1	R\$ 127,40

Item	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNID. MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR
4	Ensaaios Mecânicos de Materiais Metálicos: Fundamentos Teóricos e Práticos - Sérgio Augusto de Souza Editora: Blucher; 5ª edição (1 janeiro 1982) Idioma: Português Capa comum: 304 páginas ISBN-10: 8521200129 ISBN-13: 978-8521200123		unid.	1	R\$ 86,50
5	Resistência dos Materiais - R. C. Hibbeler Editora: Pearson Universidades; 10ª edição (25 abril 2019) Idioma: Português Capa comum: 768 páginas ISBN-10: 8543024994 ISBN-13: 978-8543024998		unid.	1	R\$ 264,80
TOTAL				5	R\$ 1.567,65

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação ocorre em razão das atribuições da Divisão de Planejamento e Controle da Logística Policial – DPC/CGPLAM/DLOG/PF, subordinada à Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização, no âmbito da Diretoria de Administração e Logística Policial, mais especificamente ao Setor de Inovação e Prospeção - SEIP/DPC/CGPLAM/DLOG/PF, área responsável pelos estudos e atualizações das matérias referentes aos experimentos, verificações e avaliações de equipamentos táticos e demais materiais de uso policial adquiridos pela Polícia Federal, bem como aos procedimentos aplicáveis aos futuros ensaios a serem realizados na Sala de Testes de Materiais Balísticos da Diretoria de Administração e Logística Policial - DLOG/PF, em processo de implantação na Academia Nacional de Polícia.

2.2. Cada exemplar visa atender as necessidades da Divisão de Planejamento e Controle da Logística Policial, sem prejuízo de utilização por outros setores que possuam atividades correlatas no âmbito da CGPLAM/DLOG/PF.

2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2024], conforme consta das informações básicas desse termo de referência e do Documento de Formalização de Demanda 83/2024 (34663500).

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

3.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- a) Todo o material será adquirido considerando a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010, Capítulo III, art. 5.º I, II, III e § 1.º, exceto aquele em que não se aplica a referida instrução.
- b) Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- c) Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

Subcontratação

- 3.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

- 3.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), em virtude da natureza do objeto, do prazo contratual e do baixo valor total estimado, não implicando em riscos para a Administração Pública.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 4.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias úteis para os nacionais ou internacionais com disponibilidade no estoque ou de 60 (sessenta) dias úteis para os livros que seja necessária a importação, contados da data em que a Contratada teve ciência do empenho emitido em seu favor. Os bens deverão ser entregues em remessa única e serem correspondentes à última edição do livro indicado.
- 4.2. Caso não seja possível a entrega no prazo assinalado, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 4.3. Todos os itens deverão ser entregues na Divisão de Planejamento e Controle da Logística Policial – DPC/CGPLAM/DLOG/PF, situada no endereço: SCN Quadra 4 - Edifício Multibrasil Corporate - Torre "C" Sala 508 - Asa Norte, Brasília/DF - Brasil - CEP 70714-903.
- 4.4. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 4.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 4.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 4.6.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 4.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

- 5.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de

licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço por item **OU** maior desconto).

5.2. O fornecimento do objeto será feito de forma integral.

5.3. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Anexo I do Aviso de Contratação Direta.

5.4. Os critérios de habilitação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Anexo I do Aviso de Contratação Direta.

5.5. Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

5.5.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

5.5.1.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

5.5.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

5.5.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos

6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 05 (cinco) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

6.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

6.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

6.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

6.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

6.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

6.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

6.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

6.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

6.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	$(\frac{6}{100})$	365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	-----	-------------------	-----	--

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

7.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 1.567,65 (um mil quinhentos e sessenta e sete reais e sessenta e cinco centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela do item 1.1.

8. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

8.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I. Gestão/Unidade: [...];

- II. Fonte de Recursos: [...];
- III. Programa de Trabalho: [...];
- IV. Elemento de Despesa: [...];
- V. Plano Interno: [...]

8.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Brasília/DF, 05 de abril de 2024

FERNANDO MENDES LIMA DE OLIVEIRA
Agente Administrativo
Mat. 12.372

ANTÔNIO GUSTAVO FARIA LIMA
Agente de Polícia Federal
Mat. 21.503

JULIANA LAURA ALVES PEREIRA MASCHWITZ
Escrivã de Polícia Federal
Mat. 15.361

MARCOS RONKI
Delegado de Polícia Federal
Diretor de Administração e Logística - Substituto



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS RONKI, Diretor(a) - Substituto(a)**, em 05/04/2024, às 18:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO GUSTAVO FARIA LIMA, Agente de Polícia Federal**, em 09/04/2024, às 14:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO MENDES LIMA DE OLIVEIRA, Chefe de Núcleo**, em 08/04/2024, às 10:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JULIANA LAURA ALVES PEREIRA MASCHWITZ, Escrivão(ã) de Polícia Federal**, em 11/04/2024, às 11:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=34663650&crc=758A6827)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=34663650&crc=758A6827](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=34663650&crc=758A6827).

Código verificador: **34663650** e Código CRC: **758A6827**.